

Política

— CONSTITUINTE —

RECADO DE MAILSON

O Brasil sai quebrado dessa anistia

○ ministro na TV ameaça: desordem econômica e social, hiperinflação, novos impostos, um déficit ainda maior.

Recado aos constituintes: se aprovarem a anistia aos pequenos e médios agricultores, aos microempresários e pequenos e médios empresários, estarão colocando em risco a ordem econômica e social do País.

Terno cinza contra fundo cinza, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, fez esta advertência aos constituintes ontem, logo depois do Jornal Nacional, em rede nacional de rádio e televisão. Pausadamente, o ministro pintou um panorama também cinza — bem carregado — para o País, caso a Constituinte aprove o perdão das dívidas ou da correção monetária: "Todos os esforços que nós já fizemos no sentido de reduzir o desequilíbrio do governo vão por água abaixo. Eles serão perdidos. E daí, o que vai acontecer? Desordem na economia e os efeitos da hiperinflação, que virá de qualquer forma, serão um preço muito alto a pagar por toda a sociedade".

Para Mailson da Nóbrega, o setor mais penalizado da sociedade será o dos trabalhadores, que não terão como se defender contra os efeitos da hiperinflação. O ministro expôs o ponto de vista do governo de que agora começa a aparecer o resultado da nova política econômica, com a inflação sendo domada, a expectativa de uma safra agrícola, a estabilização do nível de emprego e as exportações bem encaminhadas. "Mas, se essa medida vier a ser adotada, ela pode afetar tudo isso. Ela vai ser catastrófica no presente e para o futuro do País" — advertiu Mailson.

O ministro da Fazenda foi bastante didático na exposição. Argumentou que o governo está procurando uma solução para os que se endividaram durante o Plano Cruzado, mas que não será com uma medida tão geral como "qualquer uma das alternativas que estão sendo pensadas na Constituinte que se resolverá o problema". A sangria representada pelo perdão não deixará ao governo outras alternativas a não ser aumentar os impostos, aumentar a dívida do governo, emitir dinheiro "e até mesmo fazer empréstimos compulsórios".

No final da reunião, não ficou claro se os presidentes dos partidos presentes se comprometeram ou não com o apelo do governo no sentido de derrotar a fusão de emendas concedendo a anistia creditícia na Constituinte. O único a falar à imprensa foi o próprio Carlos Sant'Anna, que distribuiu um quadro com o montante da dívida por tipo de empresa. Além da fala do ministro, o governo tomou outras providências. Como resultado de uma reunião realizada no gabinete do presidente Sarney com presidentes de partidos e políticos, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, pediu ontem o adiamento da votação da questão na Constituinte. Na reunião estiveram o presidente da Constituinte e do PMDB, Ulysses Guimarães, do PFL, Aureliano Coutinho e do PDS, Jarbas Passarinho e lideranças partidárias governistas no Congresso. Do lado do Palácio do Planalto participaram o presidente Sarney, os ministros do Planejamento, João Batista Abreu, da Fazenda, Mailson da Nóbrega e o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.



O burro da UDR nos jardins do Congresso, pressão para aprovação da anistia que Mailson tentou frustrar com um pronunciamento na TV.

UM TRILHÃO DE CRUZADOS

○ último número do prejuízo saiu ontem à noite. E inclui os bancos privados.

Se a anistia da correção monetária para as micro e pequenas empresas e pequenos e médios produtores rurais, que deve ser votada ainda hoje pela Constituinte, for aprovada, o perdão das dívidas chegará a Cz\$ 1 trilhão. Esse é o número que o Banco Central e o Ministério da Fazenda terminaram de apurar ontem à noite, com base em informações que a rede bancária, oficial e privada, enviou ao banco. Na tarde de ontem, as lideranças do governo na Constituinte distribuíram um relatório fornecido pelo próprio ministro Mailson da Nóbrega dando conta de que o rombo que essa anistia iria proporcionar ao Tesouro seria de Cz\$ 750 bilhões.

Desse total, 80% de empréstimos concedidos pela rede oficial, 70% só pelo Banco do Brasil. Portanto, o rombo de caixa do Tesouro seria de aproximadamente Cz\$ 700 bilhões, pois as operações de crédito do banco foram feitas em nome do Tesouro. Os bancos estaduais, segundo os dados do Banco Central, teriam um prejuízo inferior a 10% do total. É uma participação pequena em relação ao todo, mas o suficiente, segundo avaliação de economistas do Banco Central, para estagnar a situação de várias dessas instituições.

A anistia da correção monetária será votada hoje a não ser que não haja quórum e a despeito dos esforços do líder governista Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) para adiar sua votação. O deputado Ulysses Guimarães já comunicou a Sant'Anna que só concordará em transferir a decisão para depois do exame das Disposições Transitórias se todos os líderes estiverem de acordo.

No jantar do núcleo regional da UDR em Londrina, o deputado constituinte José Carlos Martinez disse que o apoio da entidade às emendas propondo o perdão da correção monetária nas dívidas contraídas por pequenos e médios agricultores, micros e pequenos empresários urbanos é "demagogia" e não terá seu voto na

do, mas o PDT já antecipou que não aceita entendimento nesse sentido.

Também os autores da fusão de emendas sobre o assunto, o senador Mansueto de Lavor e os deputados Ziza Valadares e Humberto Souto, desejam votar logo a questão. Ontem mesmo, o deputado Humberto Souto comunicou a Ulysses sua posição contrária ao adiamento da decisão. A fusão resultante das emendas apresentadas pelos três parlamentares já se encontra na Mesa diretora da Constituinte, mas nada impede que, até o momento da votação, sua redação seja alterada.

Como os autores não abrem mão de votá-la imediatamente, dificilmente o governo se antecipará à decisão com uma solução alternativa. O líder Saldanha Derzi explicou que o governo só se adiantaria se houvesse acordo entre os partidos para não votar a fusão e, nesse caso, poderia ser enviado ao Congresso um decreto-lei ou um projeto de lei para tramitar em regime de urgência, ou negociada outra fusão.

Mas o líder Carlos Sant'Anna não perdeu a esperança com relação a uma solução negociada e vai tentar hoje adiar a votação. Ele vai sustentar que a fusão acrescenta artigo novo e pelo regimento interno da Constituinte só pode ser apreciada ao final das Disposições Transitórias, além de mostrar que o governo precisa de tempo para resolver o problema.

Examinando alternativas A fusão de emendas dispõe que, para efeito de liquidação até 180 dias, após a promulgação da Constituição, não incidirá correção monetária sobre os débitos, ainda que ajuizados, decorrentes de quaisquer



Prof. Nêze

O que ainda falta votar

Ontem foi dia de mais uma segunda-feira sem quórum da Constituinte, mas a partir de hoje as votações deverão ocorrer em ritmo acelerado. Os acordos estabelecidos pelas lideranças partidárias já chegaram até o artigo 31 das Disposições Transitórias, de um total de 72, e as próximas emendas a entrarem em votação, algumas resultantes de fusão com outra emenda, são as seguintes:

Marajás — Pelo acordo das lideranças fica mantido o limite de gastos com pessoal no serviço público (União, Estados e municípios) na base de 65% do valor das respectivas receitas correntes, até que seja aprovada lei sobre essa matéria, devendo o percentual excedente ser reduzido à razão de 1/5 por ano. Os vencimentos, remuneração, vantagens e adicionais, inclusive proventos de aposentadoria, dos chamados marajás, terão de ser imediatamente reduzidos aos limites fixados na parte permanente da futura Constituição para os servidores públicos. Esses limites são: no Poder Executivo, a remuneração de ministro de Estado; no Poder Legislativo, a remuneração de deputado ou senador; no Poder Judiciário, a remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal. Nos Estados e municípios a remuneração será a das autoridades equivalentes à do âmbito federal.

Contratos de risco — Um dispositivo ressaltará os contratos de risco, na área da Petrobrás, da proibição estabelecida no texto permanente da nova Constituição.

Indenização — De acordo com o que havia sido acertado entre as lideranças, quando da votação do artigo sobre a garantia de emprego, a indenização ali prevista, enquanto não for aprovada lei regulando a matéria, será equivalente a quatro vezes o que dispõe a lei do FGTS, ou seja, 40% dos depósitos desse fundo.

Irrigação — A obrigatoriedade de, a União aplicar pelo menos 70% de seus recursos de irrigação no Nordeste ficará reduzida para 50%. Os outros 20% terão de ser aplicados no Centro-Oeste.

Ex-combatentes — Ficam mantidos os benefícios estabelecidos no projeto do Centro: pensão integral correspondente aos proventos de segundo-tenente das Forças Armadas, ingresso no serviço público sem concurso e preferência para aquisição de casa própria. Os ex-combatentes são os civis ou militares "que tenham participado efetivamente em operações bélicas da Força Expedicionária Brasileira, na Marinha de Guerra, na Força Aérea Brasileira, na Marinha Mercante ou em Forças do Exército".

CAPITAL ESTRANGEIRO

Representantes das principais multinacionais que atuam no Brasil nas áreas química, mineração, fumo, alimentos, distribuição de petróleo e automobilística estiveram reunidos ontem na sede da Shell, no Rio, para definir uma campanha de esclarecimento aos constituintes sobre o papel do capital estrangeiro na economia brasileira.

Tomando como base o trabalho realizado pelas distribuidoras de petróleo junto aos constituintes por ocasião da ameaça de nacionalização do setor de distribuição de petróleo, quando se conseguiu reverter um quadro preocupante, os empresários das multinacionais querem deflagrar agora uma campanha de âmbito mais abrangente.

Entendem as multinacionais que as restrições impostas ao capital estrangeiro na Constituinte são muito severas e conflitantes com o desejo e o esforço do País em atrair investimentos externos, colocando o Brasil na contra-mão da história, justamente num momento em que os demais países adotam uma abertura ao Exterior. Novas reuniões das multinacionais estão marcadas para os próximos dias para definir o orçamento dessa campanha que visa um trabalho intenso junto aos constituintes na votação do segundo turno.

Mailson ia falar com os grandes. Adiou a viagem.

A votação da emenda que propõe anistia aos débitos de correção monetária de micro, pequenos e médios empresários na Constituinte fez com que o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, adiasse sua viagem ao Canadá marcada para hoje. E não há nova data prevista, pois a principal oportunidade da viagem foi perdida. Mailson da Nóbrega encontra-se com os representantes dos sete grandes países industrializados do mundo para comunicar oficialmente o plano de modernização e ajustamento da economia. Ficou frustrada também a passagem do ministro por Nova York para estar com dirigentes do Banco Mundial.

O deputado, homenageado pela UDR, acusa Caiado: "demagogia".

Constituinte. "Espero que minha posição possa levar o presidente nacional da UDR, Ronaldo Caiado, a refletir melhor e a entender que não pode agora vir com demagogia depois de ter defendido com seriedade a questão da reforma agrária", declarou à imprensa o parlamentar. Para ele, é admissível que se busquem

meios que facilitem o pagamento da dívida aos pequenos e médios agricultores, mas "nunca através de preceito constitucional, pois não se sabe como reagiriam outros segmentos da sociedade, como por exemplo os mutuários do BNF, diante do precedente aberto". Martinez foi um dos 18 homenageados no jantar da UDR, no sábado passado.

O procurador contra a equiparação dos delegados

O procurador de Justiça, Antonio Arald Ferraz Dal Pozzo, presidente da Confederação Nacional e da Associação Paulista do Ministério Público, declarou ontem que a equiparação de vencimentos entre promotores e delegados de polícia "é o maior triunfo da alegria, jamais visto". Os promotores ganham bem mais que os delegados, atualmente, mas o artigo 67 das Disposições Transitórias da Constituinte estabelece a igualdade dos salários, desde que o delegado tenha mais de dez anos de serviço efetivo.

faz a investigação do crime, mas o promotor é quem abre o processo. O promotor trabalha junto ao juiz e o delegado para o promotor. O delegado só trabalha na área criminal, mas o promotor tem muitas outras funções, além da parte do crime, defende o meio ambiente, o consumidor, o trabalhador, o acidentado do trabalho, homologa acordos firmados no Juizado de Pequenas Causas, atende o público carente, menores, incapazes, faz as representações para declaração de inconstitucionalidade das leis. Nem há semelhança entre as carreiras do promotor e do delegado, que são escalonadas de forma diferente. O delegado presta obediência hierárquica ao secretário da Segurança e o promotor é independente no

exercício de suas funções. O procurador está irritado com as declarações do delegado-geral de São Paulo, Amândio Malheiros Lopes, segundo o qual "os delegados é que põem a mão na massa". — O Jornal da Tarde de hoje (ontem) traz notícia de que este delegado-geral que é sócio-cotista de uma fábrica de carrocerias, a Cargo-Van, e que está envolvido com a entrega de caminhões à Secretaria da Segurança, sem licitação. Ele ainda acha que deve ganhar mais que promotor. Imagino como se sentiriam os promotores, se o nosso procurador-geral tivesse uma empresa dessas, como a Cargo-Van. É mentirosa a afirmação do presidente da Associação Nacional dos Delegados (Cyró Vidal

Soares da Silva) de que o Ministério Público não trabalha. Se os promotores não trabalhassem, certamente casos como o do GAS (policiais do extinto Grupo Anti-Saqueio que se envolveram num escândalo caso de extorsão), do Esquadrão da Morte e tantos outros, envolvendo policiais, não teriam sido desvendados. Os promotores trabalham, e muito. O Ministério Público é visto como instituição honesta e competente. Lamentamos a atitude do constituinte Antonio Perosa, que retirou a emenda que suprimia a paridade de vencimentos dos delegados e promotores. É lamentável, porque em muitos Estados os delegados são simplesmente nomeados, sem concurso.

Quem poderia ter sido mais penalizado em sua missão de guerra — o pracinha da FEB, enviado pelo Brasil aos campos de batalha da Itália, durante a II Guerra Mundial, ou o ex-combatente que manteve a guarda do litoral brasileiro e a defesa das ilhas oceânicas em igual período? E qual das três operações militares exigiu mais sacrifícios do militar brasileiro: a intervenção em São Domingos em 1965, a manutenção da linha de paz entre Egito e Israel entre 1956 e 1967, ou a tomada de Monte Castelo pela FEB em 1945?

Apesar de o texto que iguala os ex-combatentes e pracinhas ter sido composto nos laboratórios do Centrão, ele não tem o apoio do Exército, cujos assessores parlamentares vêm se desdobrando dentro da Constituinte no empenho de tentar sensibilizar os parlamentares para a emenda do deputado Levy Dias, que limita a concessão da pensão de 2º tenente apenas para quem participou do teatro de operações na Itália, ou seja, pouco mais de 23 mil soldados e oficiais — permanecendo os demais 89 mil 158 combatentes da praia e das ilhas recebendo o equivalente a dois salários mínimos, como atualmente. Com isso não concorda, no entanto, o sexagenário Antônio Evandro de Carvalho e Silva, que juntamente com outros cinco mil homens foi mandado para a ilha de Fernando de Noronha a partir de 1942. Segundo o ex-combatente, essa pensão reivindicada à Constituinte não é uma benesse do governo, mas um "reconhecimento meritório" pelo risco de vida e pelos sofrimentos passados na ilha de Fernando de Noronha, há 46 anos, "provenientes das durezas de

uma guerra para a qual não estávamos preparados". Mas não é só o ex-combatente Carvalho e Silva que não se conforma com a alcinha pejorativa de "turma da praia" e com os dois salários mínimos que lhe são pagos. Há outros sete mil ex-soldados que, através de uma forte representação lobista nos corredores do Congresso Nacional, reivindicam equiparação com os febianos. São os três mil soldados que o general Meira Mattos levou para São Domingos, em 1965, como integrantes da Força Interamericana de Paz da OEA e outros quase quatro mil

membros do chamado Batalhão Suez, convocados pela ONU para guardar uma zona de paz no Canal de Suez, com o intuito de evitar conflitos entre tropas do Egito e Israel. Os componentes do Batalhão Suez se fazem mais presentes no lobby da Constituinte e, usando boas azuis e medalhas concedidas pela ONU, contradizem as afirmações do Exército e vão recheando as pastas dos parlamentares com farta documentação elaborada pelas associações formadas por esses ex-combatentes. Negando que tenha ido para Suez como "voluntário" e que ganhasse em dólares o suficiente para viver bem quando retornasse, o ex-soldado Valfredo Almeida, do Rio Grande do Sul, comenta: "Só os oficiais eram voluntários. Nós, os recrutas, fomos obrigados e dávamos patrulha toda noite, andando 40 quilômetros com 40 quilos às costas. Andávamos por campos minados e a ONU nem permitiu que Jânio Quadros e sua família fossem nos visitar quando estiveram na região. A filha de Jânio, que agora é deputada, deve, inclusive, defender nossa emenda".

Outro militar de Suez, o ex-cabo Eurípedes Alves do Carmo, diz que sobrevive hoje com comércio ambulante e está sempre sob cuidados médicos: "E que até hoje tenho areia daquele maldito deserto dentro da cabeça. Sinto um zumbido constante...". O Exército contrapõe dizendo que os febianos é que ficarão tristes com a equiparação dos sacrifícios em guerra, tendo em vista que perderam mais de 400 companheiros na Itália, enquanto o pessoal de Suez não teve mais de seis baixas — uma por doença, ainda no navio, Custódio de Mello, que os levou ao Egito; outra por afogamento; uma terceira devido a uma explosão da panela de pressão na cozinha de uma companhia; outras duas em decorrência de disparo acidental de arma de fogo; e uma última por causa da queda de um soldado da pirâmide de Queóps, durante um passeio turístico. A diferença já está instalada no nome, lembra um assessor parlamentar: A FEB partiu em guerra, Suez e São Domingos foram missões de paz.

Combatentes: e a turma da praia, como é que fica?